



PARECER FINAL DE REGULARIDADE

PARA: Secretaria de Administração e Patrimônio

DE: Procuradoria de Controles Internos - PROCIN

DATA: 15 de setembro de 2025

CONTRATO ADM. Nº: 047/2025-FMAS

PROCESSO ADM. Nº: 2025.0724-01/SEMAP

LICITAÇÃO Nº: PE-013/2025-PMBB

ARP Nº: 014-003/2025-PMBB

ASSUNTO: Análise do Contrato Administrativo

PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREU BRANCO – FMAS CNPJ 19.278.572/0001-65 e a Empresa MCP GONÇALVES & CIA LTDA EPP – CNPJ 14.976.973/0001-75.

I. RELATÓRIO

Recebemos para análise o Contrato Administrativo nº 047/2025-FMAS firmado com a empresa MCP GONÇALVES & CIA LTDA EPP – CNPJ 14.976.973/0001-75, uma das vencedoras do **Pregão Eletrônico nº PE-013/2025-PMBB**, cujo objeto é MATERIAIS DE EXPEDIENTE E OUTROS ARTIGOS DIVERSOS DE PAPELARIA E ARMARINHOS EM GERAL, para suprir as necessidades dos FUNDOS MUNICIPAIS E SECRETARIAS do Município de Breu Branco, em conformidade com os preços registrados na Ata de Registro de Preços (ARP) nº 014-003/2025-PMBB e seus anexos, partes integrantes deste Contrato. A presente análise foca na conformidade contratual com a legislação e os termos da licitação.

II. ANÁLISE:

O contrato foi analisado com base nos requisitos da Lei nº 14.133/2021, do Edital e da proposta vencedora. Verificamos os seguintes pontos essenciais:

| Ponto de Controle | Análise de Conformidade | Observações |
|---|---|-------------|
| 1. Conformidade com a Licitação | | |
| 1.1 Objeto do Contrato | O objeto descrito no contrato corresponde exatamente ao que foi licitado no Edital e ofertado pela empresa. | |
| 1.2 Preço e Valor Global | O valor do contrato R\$ 6.852,38 está de acordo com o preço homologado da proposta vencedora, devidamente empenhado. | |
| 1.3 Prazos de Execução e Vigência | Os prazos estabelecidos estão em consonância com o previsto no Edital. | |
| 2. Cláusulas Essenciais (Art. 92, Lei 14.133/2021) | | |
| 2.1 Partes e Fundamentação Legal | As partes : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREU BRANCO – FMAS CNPJ 19.278.572/0001-65 e a Empresa MCP GONÇALVES & CIA LTDA EPP – CNPJ 14.976.973/0001-75, estão corretamente qualificadas e a base legal, lei foi citada. | |
| 2.2 Dotação Orçamentária | O instrumento contratual indica a fonte de recursos orçamentários para cobrir a despesa. | |
| 2.3 Condições de | As regras para a entrega dos produtos, ateste e prazo de pagamento estão | |



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE BREU BRANCO
PROCURADORIA DE CONTROLES INTERNOS - PROCIN

| | | |
|---|---|--|
| Pagamento | claras e de acordo com a lei. | |
| 2.4 Obrigações das Partes | As responsabilidades do Município e, principalmente, da Contratada estão bem definidas. | |
| 2.5 Sanções Administrativas | As penalidades por atraso ou inexecução contratual estão previstas. | |
| 2.6 Garantia Contratual | A exigência de garantias está de acordo com o Edital. | |
| 2.7 Fiscalização do Contrato | Foi previsto a designação de fiscal para o acompanhamento do contrato, neste caso a Sra. Andréia Silva Miranda. | |
| 3. Regularidade da Contratada | | |
| 3.1 Manutenção das Condições de Habilitação | Recomenda-se a consulta da regularidade fiscal e trabalhista da empresa antes da assinatura. | |

III. RECOMENDAÇÕES / PONTOS DE ATENÇÃO

Com base na análise, este Controle Interno:

- Não identificou inconsistências ou cláusulas que desatendam às normas vigentes ou aos termos da licitação. Recomenda-se apenas a conferência final de todos os dados antes da coleta das assinaturas.
- Sugere que o fiscal a ser designado para este contrato receba cópia do processo e seja formalmente instruído sobre suas responsabilidades.

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e sob o prisma estrito da análise documental em face do processo licitatório e da legislação aplicável, este Controle Interno manifesta-se: **FAVORAVELMENTE** ao prosseguimento dos atos para a assinatura do contrato, por entender que o mesmo está em conformidade. Podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas. Observando-se os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive quanto à obrigatoriedade de publicação dos referidos atos na imprensa oficial e Mural dos Jurisdicionados do TCM/PA.

Este parecer tem caráter opinativo e de assessoramento, não substituindo a responsabilidade do gestor na análise e aprovação final do ato.

À consideração superior.

Breu Branco, PA, 15 de setembro de 2025.

Dorivaldo Demétrio da Silva Junior
Coordenador de Controles Internos